

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VI – Nº 1.081 – BRASÍLIA, QUINTA-FEIRA, 27 DE ABRIL DE 2000

CAE aprova refinanciamento da dívida do município de São Paulo

Por 16 votos a oito, a Comissão de Assuntos Econômicos acolhe parecer do senador Romero Jucá e autoriza a rolagem, por um prazo de até 30 anos e com taxas de juros anuais de 9%, de débitos estimados em R\$ 10,5 bilhões



Uma tensa sessão no Congresso terminou sem que a MP do salário mínimo fosse votado

Congresso Nacional vota salário mínimo em sessão no dia 10

PÁGINAS 9 E 10

Os integrantes da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovaram ontem o refinanciamento da dívida do município de São Paulo junto à União, que é estimada em R\$ 10,5 bilhões. A rolagem permitirá que os débitos sejam pagos em 30 anos, com juros anuais de 9%. A matéria será apreciada agora pelo Plenário do Senado.

PÁGINA 5

Programação monetária do trimestre é aprovada

PÁGINA 5



Prevalendo os termos do refinanciamento autorizado pela CAE, o município de São Paulo poderá comprometer até 13% da sua receita com o pagamento da dívida

SENADORES LEMBRAM JK E OS CANDANGOS NA HOMENAGEM AOS 40 ANOS DE BRASÍLIA

Durante a sessão solene de ontem, em homenagem aos 40 anos de Brasília, diversos senadores recordaram a epopéia da construção da nova capital, ressaltando o trabalho de seu idealizador, o ex-presidente Juscelino Kubitschek, e os anônimos trabalhadores candangos.

PÁGINAS 6 E 7



A epopéia da construção da capital no Planalto foi lembrada pelos diversos parlamentares que participaram da homenagem

COMISSÕES

CAS

Diabéticos poderão receber remédios através do SUS

PÁGINA 3

Embalagens de agrotóxicos ganham novas normas

PÁGINA 3



CCJ

Emenda assegura recursos para o fundo, mesmo com a DRU

PÁGINA 4

Punição maior para quem explora crianças

PÁGINA 4

Zeca do PT convida ACM para lançamento de usina de gás em Mato Grosso do Sul

Governador pede apoio do presidente do Senado para proposta a ser apresentada a FHC com o objetivo de engajar estados em projeto de melhoria das condições sociais do país

À frente de uma comitiva de secretários e acompanhado pelos senadores Ramez Tebet (PMDB-MS) e Lúdio Coelho (PSDB-MS), o governador de Mato Grosso do Sul, José Orcírio, mais conhecido como Zeca do PT, convidou ontem o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, para participar do lançamento da pedra fundamental da usina de gás de Corumbá, no próximo mês de junho.

O governador agradeceu a Antonio Carlos pelo "apoio fundamental" que o senador deu ao projeto de instalação de um pólo minero-siderúrgico em Mato Grosso do Sul, viabilizado em função do projeto da usina de gás aprovado pelo Ministério de Minas e Energia, que aproveitará o



Além do governador e secretários, os senadores Lúdio Coelho e Ramez Tebet participaram da audiência com o presidente do Senado

gasoduto Brasil-Bolívia.

Zeca do PT pediu o apoio de Antonio Carlos para uma proposta que vai apresentar ao presidente da República com o propósito de

engajar os estados no projeto de melhoria das condições sociais do país. A proposta do governador estabelece que cada real investi-

do pelos estados em programas sociais, como o bolsa-escola, teria como contrapartida do governo federal o desconto de um real no serviço da dívida com a União.

– Em Mato Grosso do Sul, por exemplo, pagamos mensalmente cerca de R\$ 16 milhões por conta da dívida com o governo federal; com essa proposta teríamos condições de ampliar o atendimento social a famílias e crianças carentes, com programas como o bolsa-escola – argumentou o governador. Ele informou que atualmente Mato Grosso do Sul atende mais de cinco mil famílias carentes, amparando 12 mil crianças, que “de outra forma estariam empurradas para a marginalidade”.

Zeca do PT presenteou o senador com uma águia feita com pedras semipreciosas do estado.

Livro enaltece atuação de Emival Caiado na construção de Brasília

A atuação do ex-senador goiano Emival Caiado, da antiga UDN, autor dos projetos de lei que viabilizaram a construção de Brasília, foi lembrada ontem com o lançamento do livro *O Legislador da Construção de Brasília*, do jornalista José Asmar, em solenidade realizada na Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho, do Senado.

Estiveram presentes os senadores José Sarney (PMDB-AP), autor do prefácio do livro, José Roberto Arruda (PSDB-DF), Maguito Vilela (PMDB-GO), Mauro Miranda (PMDB-GO) e Iris Rezende (PMDB-GO), unânimes em reconhecer a importância de Emival Caiado para a transferência da capital. O ex-

senador, homenageado, afirmou que sua luta foi em prol da integração nacional. José Asmar o considerou o “arquiteto das leis” que permitiram a construção de Brasília.

Em discurso proferido durante a solenidade, Sarney lembrou a atuação de Emival Caiado, que, apesar de pertencer à oposição UDN de Carlos Lacerda, apoiou o então presidente Juscelino Kubitschek, do PSD, em seu projeto de transferência do Distrito Federal para a região Centro-Oeste. “Não era fácil divergir da decisão do partido. E o senador liderou o movimento mudancista”, disse Sarney, que à época era deputado federal udenista e compartilhava das opiniões de Emival Caiado.

Arruda saudou em seu discurso a liderança e coragem cívica de Caiado, tornando possível a “mudança de rumo na história do desenvolvimento do Brasil, que deixou de ser um país litorâ-

neo, para olhar para si mesmo”.

Na opinião do senador Maguito Vilela, “a obra resgata um pouco do valor do Poder Legislativo com relação à mudança da capital.”



Ex-senador Emival Caiado autografa um exemplar do livro, ao lado do seu conterrâneo senador Maguito Vilela (C)

Brasil 500



AGENDA

QUINTA-FEIRA, 27 DE ABRIL DE 2000

Antonio Carlos Magalhães
Presidente

10h – Preside sessão deliberativa ordinária

PLENÁRIO

10h – Sessão deliberativa ordinária

Pauta: quarto dia de discussão em primeiro turno da PEC nº 66/99, que altera o art. 42 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, prorrogando por dez anos a aplicação, por parte da União, de percentuais mínimos do total dos recursos destinados à irrigação nas regiões Centro-Oeste e Nordeste; PDL nº 221/99, que renova a concessão deferida à Rede Brasil Norte de Televisão (RBN) na cidade de Manaus (AM); e requerimentos nº 159/2000, do senador Luiz Pontes, solicitando que sobre o PLS nº 67/2000, além das comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Sociais; nº 173/2000, do senador Sebastião Rocha, solicitando a tramitação conjunta dos PLS nºs 5 e 68, de 2000, por regulararem a mesma matéria; e nº 174/2000, da senadora Marina Silva, solicitando que o PLS nº 216/99 seja desapensado dos PLS nºs 188 e 422, de 1999, com os quais tramita em conjunto.

COMISSÕES

10h – Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: Ofício “S” nº 14/2000, que encaminha ao Senado manifestação do Banco Central do Brasil acerca do pedido da Prefeitura de Ubitatã (PR), para contratar operação de crédito com o Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano/Programa Paraná Urbano, administrado pelo Banco do Estado do Paraná (Banestado), no valor de R\$ 900 mil, a preços de setembro/99, destinada a investimentos em infra-estrutura urbana; Ofício “S” nº 24/2000, que encaminha ao Senado manifestação do Banco Central do Brasil acerca da operação de crédito de Alagoas visando a extinção do Produban e a criação de agência de fomento naquele estado, no valor de R\$ 427,2 milhões, a preços de abril/98, nos termos da Medida Provisória nº 1.983-48, de março/2000, e da Lei nº 9.496, de setembro/97, no âmbito do Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária, respectivamente, a preços de fevereiro/2000; e requerimento de autoria da senadora Heloisa Helena solicitando esclarecimentos do liquidante do Banco Central no Produban, Fernando Lúcio Dantas, acerca do processo de liquidação do banco.

10h – Comissão Mista dos Bings

Pauta: discussão e votação do relatório. *Ala Senador Nilo Coelho – Sala 2*

PREVISÃO

PLENÁRIO

Sexta-feira

9h – Sessão não deliberativa

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Ademir Andrade

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Nabor Júnior

4º Secretário: Casildo Maldaner

Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho

Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211

Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150

Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170

Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327

Editor-Chefe: Edson de Almeida

Editores: Djalba Lima, João Carlos Ferreira da Silva, Sylvio Costa e Sylvio Guedes

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miquéas Dantas de Moraes

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane Araújo

Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

CAS aprova distribuição de remédio para diabéticos

Projeto, que seguirá diretamente para a Câmara se não houver recurso para apreciação pelo Plenário do Senado, tem como objetivo garantir o tratamento da doença a pessoas sem recursos para arcar com os custos do seu tratamento

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem projeto de lei que torna obrigatória a distribuição gratuita aos diabéticos de medicamentos e materiais necessários à sua aplicação e ao monitoramento da glicemia capilar pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

Como o projeto foi aprovado em caráter terminativo, se não houver recurso para que vá ao Plenário, seguirá direto para a Câmara. O senador Tião Viana (PT-AC), relator do projeto, disse que a proposta “segue a mesma orientação, acertada, da política que o Ministério da Saúde adotou para a Aids, com a distribuição gratuita de medicamentos aos necessitados”.

O projeto prevê a revisão e republicação, a cada ano ou sempre que necessário, da seleção dos medicamentos e materiais de for-

ma que ela possa “se adequar ao conhecimento científico atualizado”. Para receber o medicamento apropriado para o controle da diabetes, o interessado terá que estar inscrito em programa de educação especial para os que têm taxas glicêmicas elevadas.

O autor da proposta, senador José Eduardo Dutra (PT-SE), destaca em sua justificativa que o diabetes é hoje a quarta causa de morte no Brasil. Segundo ele, o SUS gasta cerca de R\$ 60 milhões por ano com a assistência aos diabéticos para dar uma cobertura estimada em apenas 30%, pois a maior parte desses gastos decorre de internações hospitalares, cujos custos são extremamente elevados.

Segundo Tião Viana, a aprovação do projeto irá beneficiar grandemente os 5 milhões de diabéticos que se estima existirem hoje no país e trará economia para os



O texto do projeto aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais prevê a constante atualização dos medicamentos que serão fornecidos gratuitamente

cofres públicos, uma vez que a distribuição gratuita de medicamentos concorrerá para evitar os gastos com a assistência médico-hospitalar, sobretudo por causa de complicações do diabetes.

A senadora Heloísa Helena (PT-AL), que é enfermeira de profissão, aplaudiu o projeto e disse, que quando trabalhava em postos de saúde, acompanhava as dificulda-

des enfrentadas pelos diabéticos para conseguir medicamentos. Os senadores Jonas Pinheiro (PFL-MT) e Sebastião Rocha (PDT-AP) também elogiaram o projeto e o parecer. Tião Viana registrou a presença de representantes da Federação Nacional dos Diabéticos, que reúne cerca de 300 associações no país, assim como de associações de vários municípios.



Autor da proposta, Dutra diz que ela reduzirá os gastos com internações hospitalares



Conforme Tião Viana, a medida beneficiará aproximadamente 5 milhões de brasileiros



O relator, Leomar Quintanilha, manteve as alterações feitas pelos deputados federais

Definidas regras para a destinação de embalagens de produtos agrotóxicos

Os membros da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) também aprovaram parecer favorável do senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) a projeto que trata da destinação adequada para as embalagens vazias de agrotóxicos. O texto aprovado é um substitutivo da Câmara a projeto de autoria do senador Jonas Pinheiro (PFL-MT), e vai agora à deliberação do Plenário. De acordo com Quintanilha, o projeto foi aperfeiçoado pela Câmara, que manteve o seu conteúdo essencial. Uma das mudanças feitas pelos deputados diz respeito à necessidade de que os rótulos dos agrotóxicos contenham informações pormenorizadas sobre processos de tripla lavagem. O substitutivo

estabelece que essas instruções constem apenas das bulas. O relator lembrou que uma das emendas incorporadas pelo substitutivo havia sido apresentada na própria CAS, antes de a matéria seguir para a Câmara. Ela determina que, além da empresa produtora, outras empresas somente poderão realizar o fracionamento e reembalagem de agrotóxicos se devidamente autorizadas pelo poder público. Durante os debates, a senadora Marina Silva (PT-AC) destacou o alcance ambiental da matéria. Para ela, além da defesa do meio ambiente, o substitutivo tem o mérito de contribuir para a melhoria da qualidade de vida das pessoas.



O projeto do senador Jonas Pinheiro procura assegurar a proteção do meio ambiente

Seminário vai debater política habitacional

A CAS irá realizar um seminário sobre a questão habitacional no Brasil. Requerimento nesse sentido foi apresentado pelo senador Mauro Miranda (PMDB-GO) com o objetivo de discutir e estabelecer instrumentos para a implementação de uma nova política habitacional voltada para a população de renda mais baixa, explicou a relatora da matéria, senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE).

Mauro Miranda também solicitou a criação de uma subcomissão no âmbito da CAS para estudar a questão da habitação.

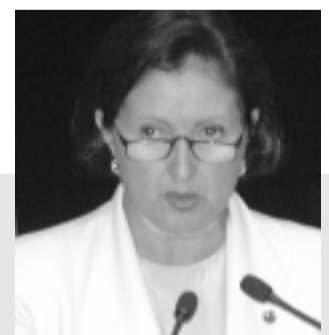
Ele entende que, por meio da comissão, as propostas que surgirão do seminário serão melhor encaminhadas junto às autoridades e instituições.

O senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) aplaudiu a ideia e reclamou que os produtores rurais têm sido excluídos não apenas dos benefícios da tecnologia, mas, também, dos programas oficiais de habitação.

O presidente da CAS, senador Osmar Dias (PSDB-PR), reconheceu a importância da iniciativa e garantiu o seu empenho para viabilizar o seminário.



Mauro também propôs a criação de uma subcomissão para tratar da questão habitacional



Maria do Carmo: seminário irá debater soluções de moradia para camadas de baixa renda

CCJ aprova emendas ao Fundo de Combate à Pobreza

Novo substitutivo incorpora a criação de um conselho consultivo e de acompanhamento, mas deixa sua regulamentação para lei posterior, e impede que DRU incida sobre os recursos contra a miséria

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem novo substitutivo à proposta de emenda à Constituição (PEC) que cria o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, de autoria do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA). O texto apresentado pelo relator, senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), incluiu algumas sugestões apresentadas em emendas de Plenário.

O relator acatou parcialmente a emenda que sugeria a criação do Conselho Consultivo e de Acompanhamento do Fundo. Deixou, porém, sua regulamentação para lei posterior. Com a nova redação do substitutivo, Alcântara também considerou acatada e ampliada a emenda que pretendia impedir que a Desvinculação das Receitas da União (DRU) — estabelecida por outra PEC recentemente aprovada — incidisse sobre os recursos do fundo.

Alcântara rejeitou a emenda que destinava ao fundo 6% dos recursos provenientes do antigo Fundo de Estabilização Fiscal (FEF), subs-



A CCJ rejeitou emenda que vinculava três quartos dos recursos do fundo a programas de reforço da renda familiar

tituído pela DRU. Também descartou a vinculação de três quartos dos recursos do fundo para serem aplicados em programas de reforço de renda familiar.

Em seu voto, o senador fez menção “a algumas pessoas e coletivos que considero particularmente importantes no desenrolar de todo o processo”. Citou o senador Eduardo Suplicy (PT-SP), que, para ele, “sempre será lembrado na História brasileira como o precursor e um dos mais tenazes combatentes da luta para a erradicação da pobreza absoluta em nosso país”.

Lúcio Alcântara também ressaltou a “sensibilidade política” do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), que “conseguiu trazer para a agenda de discussões do Parlamento o combate à pobreza e, assim, criar condições favoráveis para a aprovação da referida matéria”.

O relator destacou ainda o trabalho realizado pela Comissão Mista Especial que estudou medidas de combate à pobreza. A comissão foi presidida pelo senador Maguito Vilela (PMDB-GO) e teve como vice-presidente a senadora Marina Silva (PT-AC). O presidente da CCJ, sena-

dor José Agripino (PFL-RN), também elogiou o trabalho do relator.

DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO

A CCJ aprovou ainda projeto de resolução que garante o pagamento do décimo terceiro salário a aposentados e pensionistas do extinto Instituto de Previdência dos Congressistas (IPC). O relator da matéria, senador Amir Lando (PMDB-RO), considerou o pagamento “justo, legítimo, constitucional, jurídico e regimental”. Ao final, o presidente da CCJ marcou a audiência pública sobre a chamada Lei da Mordaza para a próxima terça-feira, após a Ordem do Dia.

Pauta da próxima semana inclui novos estados

Três projetos de autoria do senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) que criam os estados do Araguaia, Tapajós e Solimões estão na pauta da CCJ na próxima semana. Estas novas unidades nasceriam do desmembramento de parte dos estados de Mato Grosso, Pará e Amazonas, respectivamente.

De acordo com a proposta de Mozarildo, caberia às populações de Mato Grosso, Pará e Amazonas decidir, por meio de plebiscito a ser realizado nas próximas eleições municipais de outubro, se desejam ou não a criação dos três novos estados.

Para ele, uma nova divisão territorial seria a melhor maneira de enfrentar as desigualdades regionais que, a seu ver, comprometem o bem-estar da população e criam dificuldades para o desenvolvimento das regiões.

O senador argumenta que Mato Grosso é “praticamente do mesmo tamanho que os estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Espírito Santo juntos”. Por isso defende o desmembramento, acreditando que geraria um desenvolvimento mais harmônico para as regiões do Norte do país.

Mozarildo apresentou emenda ao seu próprio projeto, transformando Araguaia, Tapajós e Solimões em territórios, a fim de viabilizar sua sobrevivência financeira, para posteriormente serem transformados em estados.

Os projetos não foram votados ontem pela CCJ em virtude de vista solicitada pelos senadores Amir Lando (PMDB-RO) e Jefferson Péres (PDT-AM).



Mozarildo Cavalcanti

Exploração sexual de crianças pode dar reclusão de quatro a dez anos

Os senadores da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovaram parecer do relator, senador Roberto Freire (PPS-PE), ao projeto que pune com reclusão de quatro a dez anos qualquer pessoa que submeter crianças ou adolescentes à prostituição ou à exploração sexual. A iniciativa, de autoria da deputada Luíza Erundina, estabelece a mesma pena ao proprietário, gerente ou responsável por estabelecimento em que se registrar o delito.

O projeto tem por objetivo incluir no Estatuto da Criança e do Adolescente dispositivos destinados a punir com rigor quem explorar sexualmente crianças e adolescentes, já que, de acordo com Roberto Freire, o Código Penal Brasileiro não trata especificamente da matéria. A iniciativa cassa também a licença de funcionamento concedida ao estabelecimento que praticar os crimes.

PEC garante nacionalidade a filhos de brasileiros nascidos no exterior

Emenda de Plenário à proposta de emenda constitucional (PEC) que concede a nacionalidade brasileira a filhos de brasileiros nascidos no exterior foi aprovada ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Apresentada pelo senador José Eduardo Dutra (PT-SE), a emenda permite que todas as crianças nascidas no exterior após a promulgação da Revisão Constitucional possam ser registradas como brasileiras.

A PEC, apresentada pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) e já aprovada na CCJ, volta a ser examinada pelo Plenário. A matéria visa corrigir a omissão da Emenda Constitucional de Revisão número 3. Ao ser promulgado no bojo da Revisão Constitucional de 1994, esse dispositivo retirou a previsão original da Constituição de 1988, que obrigava o registro dos filhos de pai ou mãe brasileiros residentes no exterior em repartição brasileira competente.

A alteração do texto foi inter-



Alcântara é autor da proposta que corrige problema gerado pela revisão constitucional

pretada, pelas autoridades consulares brasileiras no exterior, como uma proibição daquele registro. O texto hoje em vigor concede a nacionalidade brasileira aos filhos de brasileiros nascidos no estrangeiro “desde que venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, a qualquer tempo, pela nacionali-

dade brasileira”.

A proposta restitui o direito ao registro na repartição diplomática brasileira, mas não resolveria o problema dos que nasceram entre a promulgação da Revisão Constitucional e a eventual promulgação da proposição do representante do estado do Ceará. A emenda de Dutra introduz artigo no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) permitindo que os nascidos em outros países entre 7 de junho de 1994 e a promulgação da emenda proposta por Alcântara possam ser registrados em repartição diplomática ou consular brasileira ou em escritório de registro, se vierem a residir no país.

Na justificativa de sua proposta, Lúcio Alcântara argumentou que pode haver um grande intervalo entre a residência no exterior e a opção pela nacionalidade brasileira. Isto seria prejudicial para a criança, que pode ficar apátrida até ter chance de fazer sua opção.

CAE é favorável à renegociação da dívida de SP

Dois terços dos membros da comissão aprovam parecer de Romero Jucá autorizando que os débitos da prefeitura paulistana junto à União, estimados em R\$ 10,5 bilhões, sejam reescalados em até 30 anos

Por 16 votos a oito, os senadores da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovaram o relatório do senador Romero Jucá (PSDB-RR) favorável ao refinanciamento da dívida do município de São Paulo junto à União, estimada em R\$ 10,5 bilhões. Segundo o parecer, o débito poderá ser pago em até 30 anos, com juros de 9% ao ano, comprometendo até 13% da receita líquida real da prefeitura. A matéria segue em regime de urgência para análise do Plenário do Senado.

Durante o debate na comissão, o senador José Eduardo Dutra (PT-SE) afirmou que o relatório de Jucá obedece a "chantagem" que o prefeito de São Paulo, Celso Pitta, teria feito à equipe econômica do governo, ameaçando não assinar o contrato de refinanciamento das dívidas do município, caso o débito não fosse rolando por 30 anos. Assim, continuou Dutra, haveria o risco de os títulos públicos emitidos por São Paulo para pagamento de precatórios, nas mãos do Banco do Brasil, "micarem" (sofrem forte desvalorização), quebrando o banco:

— O Senado está se transformando em instituição com menor respeitabilidade que o jogo do bicho, pois, lá, pelo menos vale o que está escrito — lamentou o senador do PT, referindo-se ao que classificou de desrespeito à Resolução 78/98, a qual, na sua interpretação, determina o refinanciamento em até 10 anos não apenas dos títulos referentes a precatórios emitidos irre-

gularmente, mas também daqueles cujos recursos não foram aplicados de forma correta.

Os senadores Jefferson Péres (PDT-AM), José Fogaça (PMDB-RS) e Paulo Souto (PFL-BA) acreditam que a rolagem da dívida em 30 anos não é possível, de acordo com a Resolução 78/98 e as informações da CPI. "Vamos implicitamente decidir que os recursos foram aplicados regularmente", afirmou Souto.

Para o senador José Alencar (PMDB-MG), que reconheceu a autoridade do senador Roberto Requião (PMDB-PR) como relator da CPI dos Precatórios, se os títulos são irregulares e estão entre os ativos do BB, o assunto deveria ser tratado não pela CAE, mas pelo Ministério Público e pela polícia. "Não podemos coonestar um crime", afirmou.

Segundo Jucá, a possibilidade de a dívida ser rolada em 30 anos foi analisada só do ponto de vista da regularidade da emissão dos títulos e não do uso irregular dos recursos arrecadados.

A CAE também rejeitou duas emendas apresentadas pelos senadores José Eduardo Dutra e Eduardo Suplicy (PT-SP). Na primeira, eles pediam que a dívida de São Paulo referente a títulos públicos emitidos para pagamento de precatórios judiciais fosse renegociada nas mesmas bases estabelecidas para os demais municípios e estados com dívidas semelhantes. Dessa forma, o



Segundo o parecer de Jucá (E), aprovado pela CAE, débito deverá ser pago em até 30 anos



estado teria que entrar com ação na Justiça questionando a validade dos títulos.

Na outra emenda, Dutra e Suplicy sugeriam que parcelas da dívida (R\$ 5 bilhões), equivalentes aos títulos emitidos, segundo a CPI dos Precatórios, de forma irregular, fossem pagas em 120 meses, ou dez anos. Com isso, os senadores pretendiam observar dispositivo da Resolução 78/98 e, ao mesmo tempo, as conclusões da CPI.

Heloísa Helena (PT-AL) defendeu as emendas, que, para ela, dariam "o mínimo de legalidade ao contrato, sem que todo o roubo que aconteceu, não apenas em São Paulo, passe a ser legitimado".

Jucá acolheu apenas emenda do senador Romeu Tuma (PFL-SP), explicitando que a rolagem da dívida em 360 meses não isenta de responsabilidade os administradores do município responsáveis pela aplicação irregular dos recursos.

Programação monetária do 2º trimestre vai a Plenário

Com base em relatório do senador Bello Parga (PFL-MA), a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou, com o voto contrário do senador José Eduardo Dutra (PT-SE), a programação monetária para o segundo trimestre de 2000. O projeto de decreto legislativo do Senado que faz parte do parecer deve ser analisado ainda pelo Plenário.

Já aprovado pelo Conselho Monetário Nacional e enviado ao Senado pelo Banco Central, o documento prevê pequena expansão da base monetária do país, levando em conta indicadores macroeconômicos. Para os próximos meses, os técnicos do BC acreditam na expansão da atividade econômica no país.

Os senadores da CAE aprovaram ainda relatórios favoráveis a seis operações financeiras. O con-

trato de reescalonamento da dívida da Maurítânia com o Brasil, no valor de US\$ 6,7 milhões, obteve parecer favorável, de acordo com o relatório do senador Eduardo Suplicy (PT-SP).

O estado de Goiás teve dois de seus pleitos reconhecidos pela CAE. O primeiro permite a assinatura de aditamento, no valor de R\$ 12,1 milhões, ao contrato que refinanciou as dívidas goianas junto à União. O segundo possibilita que o governo estadual invista R\$ 60 milhões na criação da sua agência de desenvolvimento.

Durante a reunião da comissão, o senador Maguito Vilela (PMDB-GO) afirmou que a causa das grandes dívidas do estado não é a irresponsabilidade dos governantes, mas a "política econômica de juros altos do PSDB", que vem aumentando a dívida apesar dos pagamentos já executados.

O Piauí também poderá, segundo a CAE, contratar financiamento de R\$ 4 milhões para montar a sua agência de fomento. Já o Mato Grosso do Sul recebeu o respaldo da comissão para retificar o contrato que refinanciou suas dívidas junto à União. A correção vai acrescentar R\$ 332,5 milhões à estimativa inicial, elevando o valor da operação para R\$ 1,23 bilhão.

A CAE também aprovou parecer favorável ao empréstimo de R\$ 2,1 milhões a ser contraído pela prefeitura de São Gabriel (RS) junto ao Fundo de Desenvolvimento do Programa Integrado de Melhoria Social (Fundopimes), administrado pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Banrisul), para investimentos em infra-estrutura urbana.

Embaixador explica trabalho da Aladi no continente

A Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul recebeu ontem o embaixador venezuelano Juan Francisco Rojas Penso para uma reunião de trabalho. O embaixador, representando a Associação Latino-Americana de Integração (Aladi), discorreu sobre a evolução do processo de integração regional durante o ano de 1999, e trouxe suas perspectivas para as relações comerciais e também sociais entre os países latino-americanos.

Juan Penso garantiu aos parlamentares brasileiros que a Aladi está empenhada em prover o suporte técnico necessário à implementação de acordos comerciais entre os países membros do Pac-



Juan Penso (D) assegurou que a Aladi tem contribuído para a implementação dos acordos comerciais

to Andino e do Mercosul. Como exemplo, citou os recentes acordos entre a Bolívia e o Mercosul.

Ele também comentou a experiência da Venezuela, primeiro país a eleger diretamente os seus re-

presentantes para o Parlamento Andino e para o Parlamento da América Latina.

40 ANOS DE BRASÍLIA

Senado comemora epopéia da construção

Com a presença de diversas autoridades e convidados, inclusive alguns dos pioneiros que ajudaram na construção da cidade, o Senado comemorou ontem de manhã os 40 anos de fundação de Brasília, transcorridos no dia 21 de abril. Entre outros, estiveram presentes o ex-senador Emival Caiado, que como deputado federal foi autor do projeto de resolução que criou a comissão que determinou a transferência da capital do Rio de Janeiro para Brasília, e o

coronel Afonso Heliodoro, ex-secretário particular do então presidente Juscelino Kubitschek, idealizador da nova capital. Também assistiram à sessão solene o deputado federal constituinte Geraldo Campos, que foi uma das principais lideranças sindicais após a inauguração de Brasília, o empresário de comunicações Mário Garófalo, um dos primeiros radialistas, e Gustavo Ribeiro, um dos médicos pioneiros a atuar no Distrito Federal.

Para Arruda, cidade permitiu a interiorização do desenvolvimento

Um dos autores do requerimento propondo a sessão solene realizada ontem pelo Senado em comemoração aos 40 anos de Brasília, o senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) disse que a capital não foi fundada apenas para ser uma cidade bonita, moderna e de arquitetura arrojada, mas para ser a tradução e o símbolo do desejo do presidente Juscelino Kubitschek da interiorização nacional. Ele lembrou que antes o desenvolvimento do país estava centrado apenas no litoral:

— A partir de Brasília, o país interiorizou o seu desenvolvimento e criou condições para dominar a tecnologia de produção do cerrado, conheceu as belezas do Pantanal, desbravou a Amazônia e conquistou o seu próprio território — comentou José Roberto Arruda.

O senador também contou a história de como Juscelino Kubitschek assumiu o compromisso de construir e transferir a capital da República para Brasília. Ele disse que no comício do então candidato à Presidência, no município de Jataí (GO), JK, após concluir seu discurso, foi interpelado por Toniquinho, cunhado do senador Maguito Vilela (PMDB-GO), que perguntou se ele cumpriria tudo o que a Constituição previa, inclusive mudar o local da capital do país.

Juscelino tinha como um dos pontos principais de sua campanha o respeito e o cumprimento ao que estabelecia a Constituição, que trazia entre os seus itens a determinação de que a capital federal deveria ser transferida para o Planalto Central, em uma área já demarcada, onde futuramente foi construída Brasília. Passados alguns instantes de perplexidade, relatou Arruda, JK reafirmou o compromisso de cumprir toda a Constituição, inclusive o item que falava na transferência oficial da sede do governo.



José Roberto Arruda

Além de saudar JK por ter construído Brasília, Arruda homenageou várias personalidades e pioneiros anônimos que contribuíram para que o sonho do ex-presidente se tornasse realidade, entre eles o ex-senador Emival Caiado, o coronel Afonso Heliodoro, o deputado federal constituinte Geraldo Campos, o empresário de comunicações Mário Garófalo e o dirigente do PSD-DF Gustavo Ribeiro.



Plenário do Senado recebeu pioneiros e personalidades da História da capital, que completou 40 anos no dia 21 de abril

Luiz Estevão lembra operários que vieram em busca de um sonho

O senador Luiz Estevão (PMDB-DF) reverenciou a figura do candango, trabalhador que veio de todas as partes do Brasil para construir a cidade e procurar uma vida melhor. Foi a determinação daqueles operários em ficar que levou a cidade a ter, nos dias de hoje, tantos pólos de desenvolvimento, como Taguatinga, Ceilândia e Gama.

— Muitos acham que a vinda desses trabalhadores, que continua até os dias de hoje, torna a cidade mais pobre. Eu não concordo. Seus sonhos de uma vida melhor constroem a cultura da cidade, tal como os 'severinos e severinas' enriqueceram

a obra de um dos maiores poetas brasileiros, João Cabral de Mello Neto, recentemente falecido — afirmou o senador, um dos autores do requerimento propondo a sessão solene.

Para Estevão, a construção de Brasília propiciou a ocupação efetiva das regiões noroeste e sudoeste do país, antes meras representações geográficas. Com a mesma ousadia dos tempos das entradas e bandeiras, nos séculos XVII e XVIII, o maior movimento migratório dos tempos modernos conseguiu transformar o cerrado raquítico numa nova fronteira agrícola, incorporando vastas extensões vazias na vocação brasileira de ser celeiro do mundo, observou.

O senador pelo Distrito Federal lembrou a figura de Juscelino Kubitschek, o idealizador de Brasília:

— Sua determinação fez com que prosseguisse sua obra, apesar das injúrias de enriquecimento ilícito que o apontavam como uma das sete maiores fortunas do mundo. Quanta injustiça! Quanta mentira! Morreu o homem honrado e de posses modestas que sempre foi — enfatizou Estevão.

Ao finalizar seu pronunciamento, Luiz Estevão lembrou palavras de JK, ao inaugurar a cidade: "Poucos foram contra Brasília, muitos a favor, todos beneficiados", citou. O senador traçou também um paralelo entre a celebração dos 500 anos do Descobrimento, que reverencia o passado, com a homenagem aos 40 anos de Brasília, que almeja comemorar o futuro.



Luiz Estevão

Napoleão recorda suas ligações com a capital

Na sessão solene em homenagem a Brasília, o senador Hugo Napoleão (PFL-PI), em aparte ao senador José Roberto Arruda, registrou a ligação da sua família com a história da nova capital do Brasil.

Napoleão disse que seu avô, deputado Hugo Napoleão, liderou a maioria governista na Câmara dos Deputados durante votação das leis que determinaram a transferência da capital do Rio de Janeiro para Brasília. Já o seu pai, Aluísio Napoleão, foi chefe do Cerimonial de JK. O próprio senador Hugo Napoleão foi advogado do ex-presidente.

Também em aparte a Arruda, o senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) traçou um paralelo entre a fundação de Brasília e a de Palmas, comentando que, guardadas as devidas proporções, a capital do Tocantins está repetindo a história vivida pelo Distrito Federal. Já o senador Arlindo Porto (PTB-MG) destacou que, apesar de Brasília ser de todos os brasileiros, mineiros e goianos têm uma afeição especial pela cidade. Goiás pela questão física e Minas Gerais pelo lado sentimental, já que JK era mineiro.



Hugo Napoleão



Leomar Quintanilha

40 ANOS DE BRÁSILIA

Iris alerta para problemas que a população do Entorno sofre

Ao homenagear Brasília em seu discurso, o senador Iris Rezende (PMDB-GO) conclamou os governos federal e estaduais a darem maior atenção aos problemas verificados no Entorno da capital.

De acordo com o senador, cerca de 700 mil pessoas, localizadas em áreas ao redor de Brasília, vivem em condições precárias de infra-estrutura, com falta de saneamento básico, saúde, educação, transporte e segurança:

— Os poderes constituídos precisam pagar o débito que esta capital tem com uma vasta região de Goiás, que é

o Entorno de Brasília. Que a comemoração dos 40 anos da cidade seja um momento de reflexão para as autoridades, para que nós não levemos com a barriga essa questão do

Entorno e criemos condições de vida dignas para essas populações — disse.

Iris explicou que a maior parte da população do Entorno é formada por trabalhadores que ajudaram na edificação da capital federal, mas foram “esquecidos” pelas autoridades e não conseguiram um lugar dentro do DF para construir sua residência. O senador destacou o papel desempenhado pelos políticos goianos à época de criação do DF e da transferência da capital para o centro do país. O ex-governador José Ludovico de Almeida e o ex-deputado Emival Caiado foram, na avaliação de Iris, figuras fundamentais para a criação de Brasília, dando suporte à decisão do ex-presidente JK de mudar a capital, anunciada em discurso de campanha na cidade goiana de Jataí, em 1956:

Os “candangos” — os operários que edificaram Brasília — e os “pioneiros” (primeiros funcionários públicos que chegaram à capital) também mereceram elogios do senador:

— Eles enfrentaram todo o tipo de dificuldade, mas adotaram a cidade como sua morada de coração. Foi, com certeza, o primeiro grande mutirão nacional, quando autoridades, trabalhadores, empresários, professores se uniram num só sentimento e construíram Brasília em quatro anos.



Fotos: Arquivo Público do Distrito Federal

Imagens da História: integrantes da Missão Cruls, que em 1891 demarcou o território da futura capital, e o presidente Juscelino Kubitschek (*sentado*) analisa plantas e maquetes em reunião com o arquiteto Oscar Niemeyer, o engenheiro Israel Pinheiro e o urbanista Lúcio Costa

Alcântara vê cidade com os problemas de uma metrópole

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) criticou o modo como Brasília foi retratada ao completar 40 anos. Segundo ele, muito além da boa imagem que foi passada, o Distrito Federal e Brasília estão chegando ao século XXI com os mesmos problemas das grandes metrópoles brasileiras: desemprego, violência e grandes contradições sociais:

— Apesar da realidade cruel que estamos vivendo neste final de século, ainda podemos salvar Brasília e evitar que ela se transforme em um irreversível caos urbano, como se transformaram São Paulo e Rio de Janeiro — disse.

Para o senador, a principal causa dos problemas que atingem o DF é o aumento da população. Citando dados da Fundação Getúlio Vargas, referentes ao período de 1991 a 96, Alcântara mostrou que a taxa de crescimento populacional do DF é a segunda maior do país, com 14,92%, ficando atrás apenas da região Norte (24,44%).

Lúcio Alcântara disse que o alto índice de desemprego na cidade é resultado do acelerado crescimento demográfico e das políticas populistas. O rápido processo de integração da economia brasileira no mundo globalizado, segundo ele, também contribui para a diminuição dos postos de trabalho, porque exige uma mão-de-obra mais qualificada. Usando dados da Companhia do Desenvolvimento do Planalto Central (Codeplan), o senador disse que as previsões atuais sugerem um índice de desemprego maior que 20%:

— O debate sobre o controle da degradação dos espaços e dos recursos das cidades e metrópoles será determinante para a sobrevivência da democracia — afirmou o senador.

Maguito: “Brasília representa o interior pujante, honesto e produtivo”

Maguito Vilela

De Brasília começou a nascer o novo Brasil e daqui também devem sair os novos conceitos para a construção de uma nação mais justa, afirmou o senador Maguito Vilela (PMDB-GO). Para o ele, a capital representa o interior pujante, honesto e produtivo do Brasil.

Maguito Vilela disse que, ao transferir a capital para Brasília, Juscelino Kubitschek lançou as sementes da industrialização e da modernidade, impulsionando o desenvolvimento nacional para o interior e criando condições para um crescimento uniforme do país, diminuindo as diferenças e desigualdades regionais.

— Brasília cumpriu um papel fundamental. Após sua fundação, o Brasil começou a olhar para seu interior com olhos diferentes. O desenvolvimento começou, efetivamente, a marchar para o Centro-Oeste. Brasília foi um espelho que refletiu para o mundo todo o potencial desta região rica, que hoje tem contribuído decisivamente para o progresso do país — comentou Maguito Vilela.

O senador de Goiás reverenciou ainda outras personalidades que tiveram participação decisiva na fundação de Brasília. Entre estas, citou o arquiteto Oscar Niemeyer e o urbanista Lúcio Costa, que traçaram o modelo da cidade; e o governador do DF por três mandatos, Joaquim Roriz. Ele lembrou também o seu cunhado, conhecido como “Toniquinho”, que suscitou o compromisso de JK, durante a campanha presidencial de 1956, para transferir a capital para o interior do país, e o ex-senador Emival Caiado, que como deputado federal criou as condições legais para permitir a troca da sede do governo.

Em nome da Mesa, Melo homenageia a figura de JK

Em nome da Mesa do Senado, o primeiro vice-presidente, Geraldo Melo (PSDB-RN), se associou às comemorações



Geraldo Melo

dizendo que as homenagens devem ser estendidas ao ex-presidente Juscelino Kubitschek, aos trabalhadores que construíram a cidade e às pessoas que hoje a habitam:

— Aqueles como nós, que temos a responsabilidade de tomar as decisões políticas do país, precisamos fazer como JK, manter nossas vistas no futuro e, apesar de todas as dificuldades, tentar realizar algo que, daqui a alguns anos, possa ser comemorado como hoje fazemos com a cidade de Brasília — concluiu.



Lúcio Alcântara



Mauro Miranda quer prorrogar por dez anos dispositivo que reserva para o Nordeste e o Centro-Oeste percentuais mínimos das verbas para a irrigação

Plenário discute pelo quarto dia emenda que garante recursos para a irrigação

O Senado Federal realiza hoje o quarto dia de discussão, em primeiro turno, da proposta de emenda constitucional que prorroga por dez anos a aplicação, no Nordeste e no Centro-Oeste, de percentuais mínimos dos recursos destinados pelo país à irrigação. De autoria do senador Mauro Miranda (PMDB-GO), a emenda tem votação prevista para a próxima terça-feira.

O objetivo da proposta é garantir que o Nordeste continue, por mais dez anos, com 50% dos recursos destinados à irrigação e que o Centro-Oeste continue com 20%. A fixação desses percentuais foi incluída no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para vigorar por 15 anos. Na opinião de Mauro Miranda, autor do dispositivo aprovado na Assem-

bléia Constituinte, a prorrogação desse prazo é vital para que projetos agrícolas importantes tenham retorno garantido.

Mauro Miranda argumenta que, mesmo faltando cerca de três anos para terminar a vigência do dispositivo, considera importante apresentar logo a sua prorrogação por mais dez anos. Ele diz que o Centro-Oeste e o Nordeste progrediram muito graças aos sistemas de irrigação implantados, e podem progredir ainda mais se o benefício for mantido.

CONCESSÃO

O Plenário também deve deliberar hoje sobre decreto legislativo que renova a concessão deferida à RBN – Rede Brasil Norte de Televisão, para explorar serviços de som e imagem na cidade de Manaus (AM).

Relatório sobre a MP que altera Lei Pelé vai a votação

Projeto de conversão do senador Maguito Vilela revoga todos os artigos que tratam dos bingos, para que o assunto seja tratado em lei específica



Maguito espera que o governo envie outra MP ou um projeto para evitar que os bingos sejam impedidos de funcionar

O relatório do senador Maguito Vilela (PMDB-GO) sobre a medida provisória que institui a taxa de funcionamento dos bingos e altera a Lei Pelé deve ser votado hoje pela comissão mista que analisa o assunto. Entre as alterações propostas pelo relator, está a revogação de todos os artigos que se referem aos jogos de azar.

Maguito Vilela elaborou um projeto de conversão modificando a MP e excluindo todos os artigos relacionados ao bingo. Ele quer ver separados na legislação assuntos relacionados com esportes e bingos. Transformado em lei

o projeto, se o governo não adotar um novo regulamento até lá, os bingos ficarão impedidos de funcionar. O senador recebeu apelos de parlamentares para que modificasse esse ponto de seu relatório, alegando que, além de desempregar milhares de pessoas em todo o país, a extinção dos bingos inviabilizaria a ida aos Jogos Olímpicos deste ano de dezenas de atletas brasileiros patrocinados por tais empresas.

Em resposta aos apelos, o senador disse esperar que o governo encaminhe com urgência ao Congresso Nacional outra MP ou projeto de lei regulamentado o funcionamento e a fiscalização das casas de jogos no país.

Comissão de Orçamento avalia execução do PPA

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional deve examinar hoje, a partir das 10 horas, mensagem em que o presidente da República encaminha informações sobre o Plano Plurianual (PPA) relativo ao exercício de 1998. Também será examinada a execução acumulada do PPA relativa ao período de 1996 a 1998.

Presidida pelo senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), a comi-

são analisa ainda proposta, apresentada pelo deputado federal João Coser (PT-ES), de criação de uma subcomissão com o objetivo de reformular o sistema de votação do Orçamento.

Na mesma reunião, os parlamentares deverão analisar o relatório de execução orçamentária do projeto de recuperação dos molhes (obra feita para conter a violência das marés) do Porto do Rio Grande, no Rio Grande do Sul.



Mestrinho preside a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

CAE examina empréstimo de R\$ 427 milhões destinado à liquidação de banco alagoano

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprecia hoje parecer do Banco Central (BC) sobre operação de crédito destinada a financiar a extinção do Produban, o Banco do Estado de Alagoas, e a criação de uma agência de fomento para o estado. O total da operação, que faz parte do Programa de In-



Heloisa Helena: dívida era de R\$ 22 milhões quando o BC liquidou o Produban

centivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária, é de R\$ 427 milhões.

O liquidante do Produban nomeado pelo BC, Luciano Dantas, será ouvido pela CAE sobre o assunto. Ele foi convocado para explicar por que as dívidas do Produban saltaram de R\$ 22 milhões para mais de R\$ 400 milhões depois que o Banco Central decidiu liquidar a

instituição financeira. Os números foram divulgados pela senadora Heloisa Helena (PT-AL) durante reunião da comissão realizada na última terça-feira.

Também será apreciada pela CAE manifestação do Banco Central acerca do pedido da prefeitura de Uiratã (PR) para contratar operação de crédito no valor de R\$ 900 mil, junto ao Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano, administrado pelo Banco do Estado do Paraná. Os recursos serão utilizados em investimentos em infraestrutura urbana.

TV Senado Política e muito mais

Cultura

Através de operadoras de TV a Cabo, antenas parabólicas e dos sistemas SKY, Direct TV, e Tec Sat, você acompanha, ao vivo, as transmissões das sessões plenárias do Senado, além das reuniões de comissões permanentes e especiais. Assista, também, a filmes nacionais, debate sobre arte, cinema, música. Viaje ainda pelo país com o programa *Cores do Brasil* que mostra paisagens e costumes de cada região.

TV SENADO
Você no cenário da política nacional

SESSÃO DO CONGRESSO NACIONAL

Estratégia do governo adia votação da MP do mínimo

Esvaziamento do Plenário impede apreciação da medida provisória que fixou em R\$ 151 o piso salarial do país. O assunto voltará a ser discutido pelos deputados federais e senadores em sessão marcada para o próximo dia 10 de maio

A estratégia usada pelas lideranças governistas de esvaziar o Plenário para negar *quorum* à sessão impediu que o Congresso votasse ontem a medida provisória que fixou o salário mínimo em R\$ 151. Após cinco horas e meia de debate, o presidente do Congresso, senador Antonio Carlos Magalhães, encerrou a sessão e convocou outra para 10 de maio, quando estará mais uma vez em pauta a MP do mínimo.

Durante a sessão, o deputado Ricardo Barros (PPB-PR) apresentou questão de ordem contra a votação da MP, com o argumento de

que, como ela foi reeditada no dia 22, não teria sido respeitado o prazo regimental de cinco dias para recebimento de emendas.

Na votação da questão de ordem, os líderes governistas instruíram suas bancadas a se retirarem do Plenário, evitando que se chegasse ao número mínimo de parlamentares – 257 deputados e 41 senadores – exigido para que a sessão fosse mantida. Antonio Carlos afirmou que não concordava com a questão de ordem, mas decidiu submetê-la a votação. Só votaram 213 deputados, e a sessão foi suspensa.

Oposições protestam contra descumprimento de acordo

Parlamentares da oposição se revezaram na tribuna, durante o debate, denunciando o rompimento do acordo feito pelas oposições na noite do último dia 12 com o líder do governo no Congresso, deputado Arthur Virgílio (PSDB-AM), o que permitiu a votação do projeto do Orçamento federal de 2000. Pelo acordo, o governo se comprometia a votar ontem a MP do salário mínimo. Faz quatro anos que as medidas provisórias que elevam o mínimo não são votadas, sendo reeditadas todo mês pelo presidente da República.

“Essa questão de ordem é pretexto para não votar a medida provisória, pois os líderes do governo não convenceram seus parlamentares de que só é possível elevar o salário mínimo para R\$ 151”, afirmou o líder do PT na Câmara, Aloizio Mercadante (SP). Já o líder do PDT, Miro Teixeira (RJ), questionou: “Que maioria parlamentar é essa que se recusa a votar uma medida provisória assinada pelo presidente da República?”

O líder do PMDB na Câmara, Geddel Vieira Lima (BA), afirmou da tribuna que seu partido está disposto a votar a MP, mas “no momento oportuno, depois que o partido discutir o assunto com o relator da medida provisória”. Aécio Neves (MG), líder do PSDB na Câmara, sustentou que um aumento do mínimo superior a R\$ 151 comprometeria o equilíbrio fiscal, trazendo riscos de volta da inflação. Ele defendeu que, antes do mínimo, a Câmara e o Senado

votem o projeto de lei que autoriza os estados a criarem pisos salariais diferenciados. Inocêncio Oliveira (PE), líder do PFL, também defendeu a votação dos pisos e destacou a decisão de Antonio Carlos Magalhães de colocar a MP em votação, cumprindo o acordo do último dia 12.

Já o líder do governo no Congresso Nacional, deputado Arthur Virgílio, foi à tribuna e confirmou a existência do acordo e que seu conteúdo foi acertado com o Palácio do Planalto e “passou por todos os partidos”. Disse que o PMDB manifestou a convicção de que só votaria ontem “se fosse para ganhar”. E assinalou que está mantido o acordo “de que a medida provisória será votada, mas no momento possível”. Virgílio negou que tivesse a intenção de se demitir do cargo de líder e defendeu a política econômica do governo.

Em seguida, houve muita confusão no Plenário e o presidente Antonio Carlos Magalhães chegou a suspender a sessão por duas vezes. O deputado Inácio Arruda (PT-CE) acusou os partidos da base do governo de “só colocar em votação alguma coisa quando tiver certeza de que irá ganhar”.

Assim que o painel de votação mostrou que faltava o *quorum* mínimo, Mercadante anunciou que as oposições irão obstruir todas as votações, a partir de agora, no Plenário e nas comissões da Câmara. A senadora Heloísa Helena (PT-AL) disse o mesmo em relação ao Senado.



Faltaram 44 votos para que a Câmara aprovasse a votação, ainda ontem, da medida provisória

Antonio Carlos Magalhães lamenta quebra de compromisso

Ao final da sessão do Congresso Nacional, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, fez um balanço dos acontecimentos, lamentando a quebra do acordo de lideranças, e assinalando que a oposição acabou tendo um bom desempenho. – O não cumprimento do acordo não é uma coisa boa. O governo fez aquilo que tinha prometido, e a oposição demonstrou muito vigor, lutou até o fim pelos seus propósitos. O número final não é ruim para a oposição, porque teve apoio nos outros partidos – observou.

Indagado sobre sua participação na condução da sessão, ele respondeu: “Cumpro meu dever de presidente. Acho que cumpri bem”.

Para Rocha, Arthur Virgílio Neto deve renunciar à liderança

O líder do governo no Congresso, deputado Arthur Virgílio Neto (PSDB-AM), tem “a obrigação de renunciar ao cargo”, disse ontem o senador Sebastião Rocha (PDT-AP). Segundo ele, Virgílio “não teria condição sequer de conversar com a oposição” se não conseguisse que a base governista honrasse o acordo pelo qual a medida provisória do salário mínimo seria colocada em votação na sessão do Congresso de ontem.

Para Sebastião Rocha, o rompimento do acordo que permitiu a votação do Orçamento 2000 significou que “a oposição, os trabalhadores e os aposentados sofreram grande rasteira da base governista”. Pelo acordo, o líder do governo conseguiu que a oposição desse o *quorum* necessário à votação do projeto orçamentário, com a condição de que a medida provi-



Sebastião Rocha

sória que fixa o salário mínimo em R\$ 151 seria votada ontem.

– Da parte de Antonio Carlos Magalhães, o acordo foi honrado – disse Rocha.

Na opinião do senador, ao não votar a MP, a base governista estaria colocando o Con-

gresso “ajoelhado de vergonha, de covardia e de submissão ao Executivo”, muito ao contrário do índio que, numa estrada de acesso à Coroa Vermelha, em Santa Cruz Cabralia, ajoelhou-se diante da barreira da PM baiana. Lá, comparou Sebastião Rocha, o índio ajoelhado representou dignidade, coragem e recusa à submissão.

Referindo-se à homenagem prestada terça-feira pelo Senado ao ex-deputado Luís Eduardo Magalhães, o senador ressaltou que “não se fazem mais líderes como ele, que, à frente da Câmara, fez-se respeitar por honrar sua palavra”.

SESSÃO DO CONGRESSO NACIONAL

Heloísa Helena anuncia obstrução total no Senado

“A partir de amanhã, é obstrução total no Senado também”, afirmou a senadora Heloísa Helena (PT-AL), em sessão do Congresso, anunciando a postura que seu partido adotará contra a quebra do acordo feito para a votação da medida provisória que reajustou o salário mínimo para R\$151.

Dizendo-se impressionada com a quebra do entendimento, ela conclamou a bancada governista



Heloísa Helena afirma que previu quebra do acordo pelos governistas

a ir a Plenário explicar seu comportamento. “Como é que um acordo é simplesmente jogado fora? Qual é a justificativa?”, indagou a parlamentar, antes de anunciar que as matérias de interesse do governo serão, a partir de agora, obstruídas no Senado.

A senadora disse ter certeza de que o entendimento feito com o líder Arthur Virgílio tinha a sustentação do governo federal, embora tenha

alertado a bancada do PT para a facilidade com que o governo quebra acordos.

– Eu tinha motivos para ficar alegre com a quebra desse acordo, porque eu disse aos companheiros do PT que não adiantava fazê-lo, porque o governo não ia cumpri-lo – afirmou.

Heloísa Helena lembrou que, mesmo assim, o PT, numa demonstração de convivência democrática, aceitou fazer o entendimento com a liderança governista. “E mais uma vez houve traição da base de sustentação do governo, traição aos aposentados e aos trabalhadores”, frisou ela.

Saturnino afirma que mínimo maior retiraria a economia da estagnação

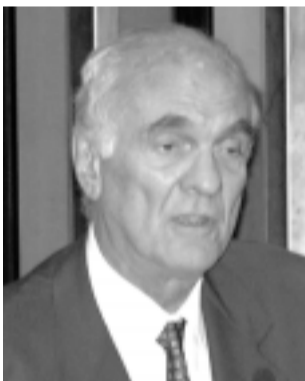
Ao encaminhar favoravelmente à votação de um salário “minimamente digno de R\$ 177”, o senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) disse que o governo e sua base estariam promovendo dupla fraude. Uma, ao apresentar questão de ordem argumentando que, por motivos regimentais, a medida provisória que fixa o salário mínimo em R\$ 151 não poderia ser votada ontem, conforme acordo firmado entre lideranças do governo e da oposição.

Além dessa “manobra fraudulenta”, o senador apontou outra, a seu ver representada pelo argu-

mento governista de que não há recursos para cobrir um salário mínimo de R\$ 177.

– Não há recursos porque há uma regra de ouro segundo a qual é preciso pagar juros elevados para essa máfia denominada sistema financeiro – disse.

Razões de natureza ética e econômico-financeira justificariam, na opinião do se-



Saturnino aponta “dupla fraude promovida pelo governo e sua base”

nador, um salário maior que o proposto pelo governo. A ética, como fundamento da convivência entre os cidadãos de um país, também compreende a justiça social, argumentou. Como razão econômica, Saturnino afirmou que um salário maior permitiria uma dinamização da economia nacional, retirando-a da estagnação em que se encontra.

Dutra aponta “postura contraditória” da base do governo no Congresso

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) afirmou ontem, durante sessão do Congresso Nacional destinada a votar o aumento do salário mínimo, que a maioria governista no Senado estava adotando postura contraditória: impedia – pela ausência – a aprovação de um aumento de R\$ 177, já ten-



Dutra: governistas negam mínimo maior mas apóiam rolagem irregular de dívidas

do dado *quorum* para a sessão da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) que aprovou a rolagem dos títulos públicos emitidos por governos estaduais e prefeituras para o pagamento de precatórios judiciais.

No entender de Dutra, a rolagem dos títulos consolidou “um roubo”, já que os papéis foram

emitidos irregularmente – muitas vezes com a utilização de documentos falsos –, de acordo com as conclusões da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investigou o assunto em 1996.

Dutra lembrou dois momentos em que o Congresso se comportou de maneira digna, ao contrário do que teria acontecido ontem: a autorização para o *impeachment* do ex-presidente Fernando Collor de Mello, em 1992, e o pedido – recusado – de cassação do ex-deputado Márcio Moreira Alves, em 1968.

Carlos Wilson cobra o cumprimento de acordo

O senador Carlos Wilson (PPS-PE) reclamou ontem, durante sessão do Congresso Nacional, da “falta de palavra” da base governista, que não teria cumprido acordo para votação de aumento para o salário mínimo. Wilson cobrou o compromisso especialmente do deputado Arthur Virgílio Neto (PSDB-AM), líder do governo no



Carlos Wilson reclamou da “falta de palavra” da base governista

Congresso, lembrando os tempos em que os dois lutaram contra a ditadura militar.

O senador citou também o episódio, ocorrido em 1984, quando o então presidente do Congresso, senador Nilo Coelho, tomou posição contrária ao seu partido – o PDS – e encaminhou favoravelmente votação de aumento geral de salários com base em índices inflacionários.

Suplicy repudia argumento governista contra aumento

Foi uma lei que extinguiu a escravidão, assim como é por meio de leis que os países desenvolvidos asseguram uma renda mínima à sua população, disse o senador Eduardo Suplicy (PT-SP). Ele considerou que o deputado Alberto Goldmann (PSDB-SP) cometeu um “equivoco sério” ao dizer que a melhoria da qualidade de vida da população não é garantida mediante leis.

Quanto ao fato de a base governista ter rompido acordo com a oposição, o senador, como Sebastião Rocha (PDT-AP), lembrou que o deputado Luís Eduardo Magalhães, homenageado na terça-feira pelo Se-



Suplicy: Luís Eduardo conquistou respeito por garantir a palavra dada

nado, granjeou respeito e ficou conhecido por garantir a palavra dada, “em especial quando falava com adversários”.

Valadares quer recursos do SFH para elevar salário

O governo deve usar os recursos do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) para fazer frente ao aumento do mínimo para R\$ 177, conforme sugestão feita ontem pelo senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) na sessão do Congresso. Segundo o senador, dos R\$ 14 bilhões que deveriam estar sendo utilizados em financia-



Valadares acusa bancos de desviar dinheiro da habitação

mentos habitacionais, pelo menos R\$ 3 bilhões estão sendo desviados pelos bancos.

O senador lembrou que a Constituição estabelece os parâmetros para a fixação do mínimo, cujo valor deveria ser suficiente para a sobrevivência do trabalhador assalariado e de sua família, incluindo transporte e lazer.

Nabor teme efeitos da Lei de Responsabilidade Fiscal



O senador Nabor Júnior (PMDB-AC) fala, em entrevista à TV Senado, sobre os

efeitos da Lei de Responsabilidade Fiscal, recentemente aprovada pelo Senado, manifestando sua preocupação com a possibilidade de que as novas regras inviabilizem a administração de estados menores. A entrevista vai ao ar hoje, às 7h30 e às 14h. Nabor Júnior reconhece a importância da Lei de Responsabilidade Fiscal para os estados maiores, mas observa que em estados como Acre, Rondônia, Amapá, Roraima e Piauí a nova legislação vai restringir o funcionamento

pleno do Poder Legislativo estadual e do Tribunal de Contas. A Lei de Responsabilidade Fiscal institui mecanismos de controle do endividamento e da despesa, pelo poder público, além de normas coercitivas de desvios da administração pública.



Nabor prevê restrições ao Legislativo estadual e ao Tribunal de Contas

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h – Unip: Genética
6h25 – Senado em Pauta
6h30 – Cidadania: Sen. Lúcio Alcântara e o presidente do Finep, Mauro Marcondes Rodrigues, falam sobre ciência e tecnologia
6h25 – Senado em Pauta
7h30 – Entrevista: Sen. Nabor Júnior fala sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal
7h55 – Senado em Pauta
8h – Jornal do Senado
8h30 – TV Escola – 500 Anos: O Brasil-Colônia na TV – Na companhia dos holandeses
8h55 – Senado em Pauta
9h – Conselho de Ética (vivo)
10h – Sessão Plenária (vivo)
14h – Entrevista: Sen. Nabor Júnior fala sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal
14h30 – Sessão Plenária (representação)
Logo após: Comissão Mista dos Bingos (gravado)

21h – Jornal do Senado

21h30 – Comissão de Assuntos Econômicos (gravado)
Logo após: Sessão Plenária (representação)

RÁDIO SENADO

HOJE

8h – Agenda Senado
Em seguida – Música e informação
10h – Sessão Plenária do Senado (vivo)
Em seguida – Música e informação
14h30 – Sessão Plenária do Senado (reprise)
Em seguida – Música e informação
19h – A Voz do Brasil
Em seguida – Música e informação
20h30 – Senado em Linha Direta – Edição Nordeste
Em seguida – Música e informação
21h – Senado em Linha Direta – Edição Norte/Centro-Oeste
Em seguida – Música e informação
21h30 – Senado em Linha Direta – Edição Sul/Sudeste
Em seguida – Música e informação

Rocha propõe novo prazo para clube virar empresa

Data é dilatada para 30 de junho de 2002 em projeto a ser apreciado em caráter terminativo pela Comissão de Educação do Senado

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) apresentou projeto prorrogando de 24 de março de 2001 para 30 de junho de 2002 o prazo para transformação dos clubes esportivos em empresas. A proposta foi encaminhada à Comissão de Educação (CE) para apreciação em caráter terminativo. Caso seja aprovada, segue direto à Câmara dos Deputados, a menos que 10% dos senadores, por meio de requerimento, peçam sua apreciação em Plenário.

Rocha recorreu ao relatório da senadora Emilia Fernandes (PDT-RS) sobre a modificação da Lei Pelé para defender maior discussão do tema e, conseqüentemente, extensão do prazo. O senador cita parte do relatório da Senado-

ra sobre a primeira modificação na lei.

– De um lado, os defensores da medida argumentam que tal princípio constitui mera adequação da legislação à realidade existente nas entidades praticantes de atividades esportivas profissionais. Já a corrente de pensamento inversa considera que a lei não pode obrigar as entidades a adotarem determinada forma de organização. De acordo com a Constituição federal, é garantida a liberdade de organização em associações – relata Emilia Fernandes.



Rocha defende maior discussão do tema antes que mudança entre em vigor

Segundo a Lei Pelé, editada em março de 1998, o prazo para ocorrer esta transformação seria de dois anos, após a promulgação da norma, mas em dezembro do ano passado o artigo que estipulava esta data foi modificado e o período foi estendido até 24 de março de 2001.

– O novo prazo fixado ainda é insuficiente para que se proceda a uma análise criteriosa sobre a conveniência da medida, motivo pelo qual proponho a dilatação da data – explicou Sebastião Rocha.

Marina sugere quarentena para ex-diretor de agência

A senadora Marina Silva (PT-AC) apresentou projeto que obriga os ex-diretores de agências federais de regulamentação e fiscalização da prestação de serviços públicos a permanecerem vinculados à entidade por mais doze meses após deixarem o cargo. A proposta foi encaminhada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) para apreciação em caráter terminativo. Caso seja aprovado, o projeto vai direto à Câmara dos Deputados, a não

ser que 10% dos senadores apresentem requerimento para apreciá-lo em Plenário.

Segundo o projeto, é vedada aos ex-diretores, durante um ano, a ocupação de cargos e a prestação de quaisquer tipos de serviços, direta ou indiretamente, às empresas sob regulamentação ou fiscalização da agência na qual estiveram empregados. A proposta prevê ainda que os ex-diretores, após seu desligamento, continuarão a receber seus vencimentos re-



Marina argumenta que ex-diretores têm acesso a informações privilegiadas

ferentes ao cargo que ocupavam durante todo o período de quarentena.

Em sua justificativa, a senadora argumenta que, por terem tido acesso a informações privilegiadas, os ex-diretores devem manter-se afastados de entidades privadas que possam se beneficiar dessas informações.

CRE aprova regras contra corrupção de servidores públicos estrangeiros

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou na noite de terça-feira parecer do relator, senador João Alberto Souza (PMDB-MA), favorável ao texto da Convenção sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais, concluída em Paris, em dezembro de 1997. A convenção tipifica o delito de corrupção de funcionário público estrangeiro e estabelece sanções que a ele devem ser impostas, sem deixar de responsabilizar também as pessoas jurídicas.

Também tendo João Alberto como relator, foi aprovado parecer favorável ao texto do acordo entre o Brasil e o Peru, sobre cooperação entre as academias diplomáticas dos dois países. De acordo com o senador pelo Maranhão, o acordo visa proporcionar condições de natureza institucional para aprofundar o intercâmbio de informações entre o Instituto Rio Branco e a Academia Diplomática do Peru.

Parecer do relator, senador Pedro Piva (PSDB-SP), favorável ao texto do acordo sobre a supressão de vistos em passaportes diplomá-

ticos e de serviço, celebrado entre o Brasil e Angola, também foi aprovado pela CRE. Do senador Moreira Mendes (PFL-RR) foi aprovado pela Comissão de Relações Exteriores parecer favorável ao texto do acordo sobre cooperação na área de turismo, celebrado entre o Brasil e a Ucrânia.

A CRE aprovou ainda parecer do relator, senador José Jorge (PFL-PE), favorável ao texto da Convenção sobre a Segurança do Pessoal das Nações Unidas e Pessoal Associado, concluída em Nova York, em dezembro de 1994.

COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica:

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC/MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: 0800 - 155700

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo:

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

Equipamentos necessários:

- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
- Receptor ABR 200, ComStream
- LBN DRO ComStream
- 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC, 1,11465600, 256000,0 FD 1,17,1,7

Projeto de Luzia isenta de IPI máquinas compradas por pequeno agricultor

Projeto de lei da senadora Luzia Toledo (PSDB-ES) isenta do pagamento do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) os pequenos e médios produtores rurais na compra de tratores agrícolas e respectivos acessórios. Para ter direito à isenção, os produtores devem atuar como proprietários ou arrendatários de área rural inferior a 100 hectares.

Segundo o projeto apresentado por Luzia Toledo, fica mantida, no entanto, a cobrança do IPI na compra de matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem utilizados na industrialização dos produtos agrícolas.

O projeto estabelece ainda que, caso haja roubo, furto ou destruição completa do bem, o proprietário só poderá utilizar o benefício da isenção uma única vez a cada três anos. A venda, cessão ou transferência definitiva do bem, em prazo inferior a cinco anos da data de aquisição, só poderá ser feita aos proprietários ou arrendatários de área rural inferior a 100 hectares.

Para Luzia Toledo, os pequenos



Luzia: isenção só vale para produtor que atua em área inferior a 100 hectares

e médios produtores agrícolas têm dificuldades na implantação de técnicas modernas de trabalho, pois são vítimas da desvalorização do valor de seus produtos, em comparação com o custo dos equipamentos. A senadora pretende que a isenção seja permanente. Até 1998, os pequenos produtores rurais tiveram direito à isenção do IPI na compra de tratores e equipamentos agrícolas.

Patrocínio elogia produção de CD com músicas do Tocantins

O senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) aplaudiu a iniciativa da Federação das Indústrias do Estado do Tocantins (Fieto) que, por intermédio do Serviço Social da Indústria (Sesi), está realizando o projeto Cantos do Tocantins, que tem como objetivo incentivar a cultura regional. O produto final do projeto será a edição de um CD contendo uma coletânea de músicas populares produzidas no estado. Para o senador, a iniciativa será fundamental para a preservação das raízes culturais da região:

— Um dos elementos fundamentais para a afirmação da identidade de um povo reside indiscutivelmente nas suas manifestações culturais próprias. É na apreciação e no cultivo das diversas expressões da arte popular que uma comunidade aprende a reconhecer-se como tal — disse Patrocínio.

O CD resulta de uma seleção de 192 composições inscritas para participar do projeto, das quais 22



Patrocínio aplaudiu a iniciativa tomada pela Federação das Indústrias do Tocantins

foram selecionadas. O repertório é composto por ritmos diversos originados da cultura popular do estado. O material que compõe a coletânea foi colhido por uma equipe de áudio, vídeo e fotografia, que percorreu várias cidades do estado num período de três meses. Os ritmos registrados pela equipe vão desde a catira, lundu e sússia, a composições indígenas.

Souto analisa editorial sobre protestos na BA

O Estado de S. Paulo afirma que Polícia Militar agiu com “rara habilidade” e culpa MST pelos distúrbios em Porto Seguro

Editorial do jornal *O Estado de S. Paulo*, publicado na terça-feira, foi elogiado pelo senador Paulo Souto (PFL-BA). Sob o título “O uso equilibrado da força”, o texto afirma que as comemorações dos 500 anos do Descobrimento do Brasil, em Porto Seguro, foram tumultuadas pelo Movimento dos Sem-Terra (MST), “cujos portavozes vinham prometendo, há semanas, ‘marcar’ a festa com uma série de episódios violentos”.

De acordo com o editorial, diante do clima de confronto que se armou, nada restava às autoridades senão impedir as manifes-

tações, o que foi feito pela Polícia Militar da Bahia “com rara habilidade”. O jornal ressalta que, apesar do vulto do conflito, “houve poucos feridos, nenhum com gravidade”. O senador lembrou que havia dois presidentes da República em Porto Seguro, cuja integridade física “não poderia ser ameaçada pela horda”.

Segundo o senador, o editorial lamenta, no entanto, o confronto da polícia com os índios: “Eram, ali, os únicos com credenciais para pedir reparações históricas e estavam dispostos a fazê-lo pacificamente”.



Souto: editorial ressalva que os índios eram os únicos credenciados a pedir reparações históricas

Bezerra culpa omissão do governo por prejuízos dos produtores rurais

A omissão do governo federal na elaboração de uma política duradoura para o setor agrícola tem causado sérios prejuízos aos produtores rurais, afirmou o senador Carlos Bezerra (PMDB-MT). A imposição de barreiras alfandegárias e a retirada de subsídios aos produtos agrícolas foram criticadas pelo senador e apontadas como exemplos da falta de planejamento em relação ao setor.

Bezerra lembrou que países como Estados Unidos e Japão e os integrantes da União Européia subsidiam sua produção agrícola, uma vez que a retirada desse auxílio “traria consequências sociais graves”.

O senador lembrou sua luta em defesa dos pequenos produtores rurais de Mato Grosso. Ele lamentou o estado de inadimplência de grande parte dos produtores, decorrente das regras dos financiamentos governamentais, “parcos, caros e quase inacessíveis”. A situação dos grandes produtores, que precisam renegociar suas dívidas, não é diferente, disse o senador.

Para Carlos Bezerra, a situação mais difícil é enfrentada pelos agricultores assentados. Ele afirmou que muitos assentamentos do Incra encontram-se em péssimas



Para Bezerra, situação mais difícil é a vivida pelos agricultores assentados, à espera das obras de infra-estrutura

condições, sem escolas, postos de saúde ou qualquer incentivo ao plantio. “São centenas de assentamentos e milhares de agricultores aguardando as obras de infraestrutura prometidas pelo governo para que possam começar a trabalhar”, disse.

Embora o governo federal tenha atendido parte de suas reivindicações, informou o senador, dobrando os recursos destinados para assentamentos em seu estado, que passaram de R\$ 23 milhões para R\$ 50 milhões, para a aplicação na safra 1999/2000, Bezerra observou que os assentados, para terem acesso às verbas, deverão apresentar projetos, como

prevêem as regras do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

Segundo o senador, sem a necessária assistência técnica, esses produtores não serão capazes de desenvolver os projetos exigidos. Neste sentido, ele pediu uma atenção especial do governo federal a esses pequenos produtores para que possam cumprir as exigências do programa.

A VOZ do CIDADÃO
VOCÊ LIGADO NO SENADO FEDERAL

0800 612211

www.senado.gov.br
e-mail: cidadão@senado.gov.br

SLP/RSB-NC/BA